

A PRAIA É PARA TODOS: UM ESTUDO SOBRE ACESSIBILIDADE NA PRAIA DE PIPA- RN

Felipe Gomes do Nascimento¹

Milena Bernardo da Silva²

Adriana Brambilla³

Resumo: O turismo é uma das atividades econômicas mais significativas, pois engloba diferentes atores e atividades econômicas de uma sociedade, sendo um fator de desenvolvimento crucial para algumas regiões. Contudo, além dos aspectos econômicos, o aspecto social deve ser um ponto de atenção por parte dos planejadores turísticos. É necessário assegurar inclusão social, garantindo que todas as pessoas possam desfrutar dos atrativos turísticos sem enfrentar barreiras físicas ou sociais. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,9% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência, o que equivale a 18,6 milhões de pessoas no país, representando uma parcela significativa da população que deve ser incorporada nesses espaços, a partir de políticas públicas do turismo, a fim de redesenhar os espaços e eliminar barreiras, favorecendo a acessibilidade. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD) na Praia de Pipa-RN. A metodologia deste estudo caracterizou-se como descritiva, sob abordagem qualitativa, a partir de estudo de campo. Os dados foram coletados a partir da pesquisa bibliográfica, observação in loco, com base nos parâmetros propostos pela NBR-9050:2020 da ABNT e entrevista semiestruturada. Os resultados demonstram que não há rotas acessíveis para turistas PcD. Esse fato é um reflexo da ausência de planejamento estratégico por parte do poder público para investimento adequado na infraestrutura urbana para atender a esses indivíduos. Essa situação demonstra a necessidade de esforços por parte do setor público para investimentos em alternativas que reduzam as barreiras em Pipa, com o intuito de proporcionar melhores condições físicas e de liberdade para os indivíduos. Sugere-se que novos estudos sejam realizados, como foco em turistas PcD na região, bem como, a análise da atuação do poder público e privado para a promoção do turismo acessível.

Palavras-chave: Acessibilidade; Turismo acessível; Rio Grande do Norte. Pessoa com deficiência.

THE BEACH IS FOR EVERYONE: A STUDY ON ACCESSIBILITY AT PIPA BEACH- RN

Abstract: Tourism is one of the most significant economic activities, as it encompasses different actors and financial addition to the economic aspects, the social aspect must be a point of attention for tourism planners. It is necessary to ensure social inclusion, guaranteeing that all people can enjoy tourist attractions without facing physical or social barriers. According to the census of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics) – IBGE, 8.9% of the Brazilian population has some disability, which is equivalent to 18.6 million people in the country, representing a significant portion of the population that should be incorporated into these spaces, based on public tourism policies, to redesign spaces and eliminate barriers, favoring accessibility. In this context, this study was to analyze accessibility for people with disabilities in Praia de Pipa-RN. The methodology of this study was characterized as descriptive, with a qualitative approach, based on a field study. The data was collected through bibliographical research, on-site observation based on the parameters proposed by ABNT NBR-9050:2020 and semi-structured interviews. The results show that there are no accessible

¹ Felipe Gomes do Nascimento é Doutor em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Pesquisador do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET), na qual coordena as linhas de Pesquisa Turismo Responsável e Turismo Sombrio (Dark Tourism), e do Grupo de Estudos em Gestão do Turismo (GESTUR) - Diretório do CNPQ. Facilitador do Projeto Orla.

² Graduada em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba.

³ Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora do GCET- Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (Diretório do CNPQ). Doutora pela Universidade de Aveiro-Portugal.

routes for disabled tourists. This is a reflection of the lack of strategic planning on the part of public authorities to invest adequately in urban infrastructure to cater to these individuals. This situation demonstrates the need for efforts on the part of the public sector to invest in alternatives that reduce barriers in Pipa, to provide better physical conditions and freedom for individuals. It is suggested that further studies be carried out, focusing on tourists with disabilities in the region, as well as analyzing the actions of public and private authorities to promote accessible tourism.

Keywords: Accessibility; Accessible tourism; Rio Grande do Norte. People with disabilities.

Introdução

O turismo é uma das atividades econômicas mais significativas, pois engloba diferentes atores e atividades econômicas de uma sociedade, sendo um elemento crucial para o desenvolvimento de algumas regiões. Contudo, além dos aspectos econômicos, o fator social deve ser um ponto de atenção por parte dos planejadores turísticos. É necessário assegurar inclusão social, garantindo que todas as pessoas possam desfrutar dos atrativos turísticos sem barreiras físicas ou sociais.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2023), 8.9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que equivale a cerca de 18.6 milhões de pessoas no país. Essa parcela da população deve ser incorporada aos projetos e políticas públicas, a fim de redesenhar os espaços e eliminar barreiras, favorecendo a acessibilidade desse segmento.

O termo "barreiras" denota obstáculos que dificultam a mobilidade de pessoas com deficiência ou limitações motoras em áreas públicas. Em regiões litorâneas, tais obstáculos afetam de maneira significativa as pessoas com deficiência (PcD), em especial as que utilizam cadeiras de rodas ou com outras deficiências motoras (Sasaki, 2002).

Essas barreiras impactam a qualidade de vida e a dinâmica nos espaços, resultando em dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde, educação e trabalho. Além disso, podem gerar exclusão social e econômica, segregando os turistas.

Nesse contexto, a atenção voltada à acessibilidade em destinos turísticos torna-se fundamental. A acessibilidade abarca a capacidade dos indivíduos em utilizar e aproveitar espaços públicos e privados de uso coletivo de maneira segura e autônoma. Isso engloba o acesso a edifícios, meios de transportes, informações e serviços (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2020).

Neste cenário, se insere o distrito da Praia de Pipa, localizado no município de Tibau do Sul, Rio Grande do Norte. A localidade atrai um público heterogêneo, composto por pessoas

de idades e nacionalidades diversificadas. Segundo dados do Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte (Sírio), o distrito de Pipa foi o principal atrativo visitado do estado no ano de 2024 (Sírio, 2024). Este fato, revela a grande relevância a nível estadual do destino e reforça a necessidade de levar em conta diversos fatores para aprimorar a acessibilidade neste destino.

Assim, o presente estudo teve como objetivo principal analisar a acessibilidade para pessoas com deficiência na Praia de Pipa-RN.

Esse trabalho se justifica pela necessidade de buscar a relação entre a acessibilidade e os espaços públicos, oferecendo possibilidade de entendimento para a promoção de políticas públicas e avançando no debate acadêmico sobre turismo acessível em praias, para a disseminação de estratégias de negócios mais inclusivas e responsáveis em todo o setor turístico do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Fundamentação teórica

Acessibilidade em cidades litorâneas

As cidades litorâneas são espaços complexos, com dinâmicas multifacetadas e de grande importância econômica, social e ambiental. No entanto, essas áreas apresentam desafios no processo de inclusão para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, posto que existem barreiras que dificultam o acesso, a segurança e a liberdade destes indivíduos, seja na área urbana desses espaços ou no meio natural (Silva, 2015).

De acordo com a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, às barreiras pode ser entendidas como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015, s.p).

Como apresentado, o conceito de “barreiras” envolve temas que vão além dos aspectos estruturais dos espaços arquitetônicos, incluindo fatores como: acesso ao serviço público, atitude pessoal no relacionamento em sociedade, a utilização de tecnologia e o uso de instrumentos comunicativos. Com base nisso, identificam-se seis tipologias que esclarecem cada tipo de barreiras. Elas são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Tipos de barreiras

Tipo	Definição
Barreiras urbanísticas	existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
Barreiras arquitetônicas	existentes nos edifícios públicos e privados;
Barreiras nos transportes	existentes nos sistemas e meios de transportes;
Barreiras nas comunicações e na informação:	qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
Barreiras atitudinais	atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
Barreiras tecnológicas	dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias

Fonte: Brasil, 2015.

Observa-se, portanto, que as barreiras estão presentes em diversos estágios e atividades da vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, impactando diretamente na sua qualidade de vida e na dinâmica das cidades. Faria e Motta (2012) corroboraram com essa discussão, argumentando que a falta de acessibilidade impede que pessoas com deficiência usufruam de serviços básicos, como saúde, educação e trabalho, contribuindo para a exclusão social e econômica.

Neste sentido, evidencia-se a necessidade de garantir a inclusão em todos os aspectos da vida em sociedade, atribuindo responsabilidades a diferentes agentes envolvidos. É nesse cenário que a acessibilidade se torna fundamental, com o objetivo de planejar os espaços e promover políticas públicas que eliminem as barreiras, favorecendo a inclusão para turistas e demais pessoas da sociedade.

A acessibilidade pode ser definida como a capacidade de todos os indivíduos de utilizar e aproveitar os espaços públicos e privados de uso coletivo de forma segura e autônoma. Isso inclui acesso aos edifícios, transportes, informações e serviços, e envolve não apenas a eliminação de barreiras físicas, mas também a consideração de aspectos como design universal, tecnologias assistivas e comunicação acessível (ABNT, 2020).

A discussão sobre acessibilidade ganhou notoriedade com a publicação da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, cujo foco está direcionado para “dá prioridade de atendimento às pessoas específicas, e dá outras providências; e da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”(Brasil, 2000, s.p).

Ambas as leis são regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5296/2004, o que

proporcionou maior visibilidade sobre a temática e possibilitou subsídios para guiar as decisões do poder público, privado e sociedade civil.

Com objetivo de garantir a exequibilidade das normas propostas, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou o Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB) e desenvolveu um conjunto de normas técnicas em conformidade com as leis já apresentadas.

Dentre as normas, foi criada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), em parceria com a Comissão de Estudo de Acessibilidade em Edificações (CE-040:000.001), a ABNT NBR 9050:2020 que aplica o conceito de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT NBR 9050:2020, 2020)

Neste sentido, Melo *et al.* (2021), utilizaram uma adaptação desta norma para analisar a acessibilidade nas praias de Tambaú, Manaíra, Bessa, Cabo Branco, Seixas, Penha e Gramame que fazem parte do litoral da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba.

Os resultados demonstraram diversos problemas, como a sinalização inadequada, a falta de capacitação dos profissionais, a dificuldade para acesso ao mar, e os problemas com calçadas irregulares e outras infraestruturas urbanas. Esse contexto evidencia a necessidade de atenção por parte do poder público para a promoção de ambientes mais inclusivos, não apenas para pessoas com deficiência, mas para toda a sociedade (Melo *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a ABNT NBR 9050:2020 se mostra como uma ferramenta importante ao indicar e detalhar os fatores para garantir que a acessibilidade seja incorporada em todas as etapas do projeto, construção e adaptação de espaços e serviços, tornando os espaços públicos e privados mais inclusivos e acessíveis.

Turismo acessível: rompendo as barreiras

O turismo acessível visa proporcionar experiências de viagens para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de forma segura e livre. O objetivo é garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas ou sensoriais, possam aproveitar plenamente os locais turísticos e atividades disponíveis (Ministério do Turismo, 2021).

Para que os destinos sejam acessíveis, é necessário que ofereçam infraestrutura adequada, com instalações e serviços que permitam a circulação e o uso por todos os visitantes. Isso pode incluir rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e guias turísticos capacitados, entre outras medidas.

Além disso, o turismo acessível abrange uma diversidade de rotas e atividades, como

praias, parques, museus, passeios de barco, trilhas e esportes radicais. Apesar dos desafios, é importante que haja esforços contínuos para tornar as cidades cada vez mais acessíveis e inclusivas, garantindo o direito ao lazer e à cultura das pessoas com deficiência (Kiefer e Carvalho, 2013).

O turismo acessível está ligado as discussões sobre pessoas com deficiência e acessibilidade. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei 13.146, em 06 de julho de 2015, define a pessoa com deficiência como “aquela que apresenta um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (s.p.). Ressalta-se que 8.9% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência, o que equivale a cerca de 18.6 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2023).

O Ministério do Turismo (MTur) vem atuando na temática do turismo acessível através do “Programa Turismo Acessível”, criado no ano 2012, com objetivo de “promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de maneira a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia” (MTur, 2021, p.2).

No ano de 2023, O MTur publicou o documento “Mapeamento do Perfil do Turista com Deficiência”. Os dados revelaram que o turista com deficiência em sua maioria viaja acompanhado, o que indica maior demanda nos destinos, uma vez que esses indivíduos se sentem mais seguros ao viajar com outra pessoa. Além disso, indentificou-se que as barreiras de informação/atitude são os principais desafios sofridos por esses indivíduos durante as viagens (MTur, 2023).

A falta de capacitação e informação constitui um entrave significativo para esse público, que não consegue obter informações e tratamentos necessários para ter liberdade e segurança durante a viagem. Soma-se a isso, o problema de capacitismo. Muitos estabelecimentos, consideram essas pessoas incapazes de realizar atividades, ou de participar de eventos (MTur, 2023). De acordo com o Art. 4º, da Lei 13.146, 2015) “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Dessa forma, é necessário que poder público, privado e sociedade civil possa garantir a inclusão destes indivíduos.

Com o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027 o tema do turismo acessível é reforçado. O principal objetivo do plano é “permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia” (MTur, 2024, p. 40). Observa-se, portanto, que a temática é uma prioridade para o governo brasileiro, que vem

empenhando na criação de programas e leis voltadas para pensar a temática no país, promovendo a inclusão no turismo.

Praia de Pipa - Rio Grande do Norte

O distrito de Pipa está situado no município de Tibau do Sul. Sua elevação à categoria de distrito foi realizada através da Lei nº 379 de dezembro de 2008, fruto de um projeto apresentado à Câmara Municipal de Tibau do Sul (Câmara Municipal de Tibau do Sul, 2018).

O município de Tibau do Sul, tem uma área correspondente a 102, 680 km e uma população estimada em 16 926 mil habitantes em 2022. Ele pertencente à mesorregião do leste potiguar e microrregião do Litoral Sul (IBGE, 2024), está aproximadamente 72 km da cidade de Natal (Federação dos Municípios do Rio de Grande do Norte, 2022).

Tibau do Sul se destaca por suas práticas de turismo sustentável, atuando nos segmentos turismo Sol e Praia, ecoturismo e turismo de aventura. A região abriga áreas de proteção ambiental, como o Santuário Ecológico, a Área de Reserva Ambiental Bonfim Guarairas e o Parque Mata da Pipa (Ministério do Turismo, 2024).

A região faz parte da Instância de Governança Regional (IGR) Polo Costa Das Dunas e tem o turismo como uma das principais atividades. O setor gera mais de 1536 nos segmentos de hospedagem, restaurante e outros serviços (Ministério do Turismo, 2024).

O distrito de Pipa recebe um grande fluxo de turistas durante todo o ano, com destaque para os feriados prolongados e grandes eventos populares, como o carnaval e o réveillon. Dentre os atrativos mais visitados na região, destacam-se:

- A Praia de Pipa: Este local é um pequeno povoado de pescadores que atrai turistas, muitos dos quais se tornam moradores ou empresários locais, contribuindo para mudanças no cenário turístico da região (Alves, *et al.*, 2017). O processo de turistificação em Pipa iniciou no ano de 1990, quando ocorreu o *boom* turístico que implementou diversos empreendimentos hoteleiros, de lazer e gastronômicos que mudaram completamente a estrutura do lugar (Alves, *et al.*, 2017).

- Praia do Amor: Reúne formações geológicas, como falésias, piscinas naturais e grandes ondas, sendo um ponto de encontro para praticantes de surfe e suas competições (Ministério do Turismo, 2024). Tem esse nome devido ao formato de coração que a praia apresenta quando vista do alto das falésias. O acesso à praia se dá ao final da rua praia do amor, e para descer até a praia o único meio é uma escadaria. Também é possível chegar até a praia caminhando da praia do centro, porém está apenas dá para ser feita na maré baixa.

- Chapadão: Localizado no topo de uma falésia, de cor avermelhada, que divide a Praia do Amor com a Praia das Minas. É um dos lugares mais conhecidos para assistir ao pôr do sol, devido sua ampliação dos recursos naturais da região (Ministério do Turismo, 2024).

- Centro de Pipa (Vila): A região central é muito movimentada, com diversas opções de bares, restaurantes, lojas, galerias e meios de hospedagens. Nela encontra-se a Avenida principal Baía dos Golfinhos, além de outras duas ruas muito visitadas: Vila Mangueira (Vila Grécia) e Rua do Céu (Alves, *et al.*, 2017).

- Praia do Madeiro: Frequentada para a prática de esporte como o surf e o *stand up paddle*, caiaque e outros esportes aquáticos. Também é conhecida como Praia dos Golfinhos, pois esses animais podem ser avistados nesta região (Vive Pipa, 2023).

As tartarugas marinhas também são comum na área. No canto da praia, em cima das falésias fica o Santuário Ecológico de Pipa, unidade de conservação e de proteção à vida marinha da região (Vive Pipa, 2023).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa tem caráter descritivo, de abordagem qualitativa, sob estudo de caso. Para a concessão da pesquisa, foi realizada pesquisa bibliográfica com os principais temas de investigação, como pessoa com deficiência, acessibilidade e turismo acessível.

A coleta de dados foi realizada por meio da observação *in loco*, o que proporcionou observar diretamente dos ambientes em estudo, sem interferir em sua dinâmica ou condições. Essa observação baseou-se em um *checklist* elaborado a partir da NBR- 9050:2020, que apresenta diretrizes nacionais de acessibilidade, que contempla diferentes aspectos relacionados à acessibilidade, como rampas de acesso, pisos táteis, sinalização adequada, entre outros.

O *checklist* foi aplicado em maio de 2023, no Centro de Pipa, Praia do Centro, Praia do Madeiro e Praia do Amor, por meio de observação direta e registro fotográfico. A utilização dessas ferramentas revelou-se eficaz para avaliar a acessibilidade do local, permitindo verificar sistematicamente diferentes aspectos relacionados com equipamentos e instalações.

Ressalta-se que as barracas de praia, banheiros, áreas de lazer e descanso privado não foram avaliados nesta pesquisa. Foram incluídos os pontos de acesso à praia de Pipa, incluindo as rampas, escadas e outros meios utilizados pelos visitantes. Também foram observadas as condições da própria faixa de areia da praia, incluindo a existência de rotas acessíveis e a presença de obstáculos que pudessem dificultar a locomoção dos turistas.

Além disso, foi realizada entrevista informal, no mesmo período, com um morador local, com deficiência física. Conforme Gil (2008, p. 111) a entrevista informal é:

menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado (GIL, 2008, p. 111).

A entrevista realizada teve como intuito conhecer a experiência do indivíduo e identificar as principais dificuldades enfrentadas por ele. As informações obtidas por meio dela foram analisadas em conjunto com os resultados do *checklist* e da observação. Destaca-se que o entrevistado é investidor há mais de 35 anos na região e se tornou PCD físico em 2015.

A análise dos dados foi realizada à luz das discussões teóricas sobre turismo acessível, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e acessibilidade, a partir das exposições das tabelas sobre a identificação dos pontos acessíveis.

Análise e discussão dos resultados

Nesta seção estão expostos os resultados sobre as condições de acessibilidade na praia de Pipa, complementados pela entrevista realizada com um empreendedor da região.

Os resultados obtidos mostraram que nas adjacências da área central de Pipa há inúmeros condomínios de veraneio, enquanto nas ruas principais existem restaurantes e empreendimentos hoteleiros.

Embora existam uma grande oferta de equipamentos turísticos, o pavimento das vias públicas é precário, a sinalização é inexistente e não acessíveis para pessoas com deficiência visual ou auditivos. Além disso, as calçadas são estreitas e ocupadas por banners de lojistas.

Por intermédio do método de observação *in loco*, verificou-se que as praias não atendem adequadamente às normas de acessibilidade conforme Quadro 2:

Quadro 2. Parâmetros presente no checklist a respeito das praias

Praias	Sim	Não
Possui rampas acessíveis em direção ao mar		X
As rampas são sinalizadas com o símbolo internacional de acesso		X
Próximo as áreas de acesso adaptado existem banheiros unissex acessíveis		X
Possui bancos adaptáveis para acessibilidade		X
Possui cadeiras anfíbias		X
Possui monitores treinados		X

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Verifica-se, que não existe banheiros públicos, os quais estão restritos aos restaurantes da localidade, que cobram taxa para acessá-los, caso, o turista não esteja consumindo no local. Além disso, o acesso às praias centrais é estreito e de difícil. Não existe estacionamento público, e os veículos são deixados nas vias públicas, o que acaba dificultando o deslocamento dos pedestres, especialmente para as pessoas com deficiência física, sobretudo das pessoas que usam cadeiras de roda, que acabam tendo que transitar pelos cantos das ruas ou calçadas.

Para que as praias estivessem de acordo com as medidas exigidas pela NBR- 9050:2020, deveriam seguir as seguintes premissas:

10.14.1 Para vencer o desnível entre o passeio e a areia deve ser instalada rampa com largura mínima de 0,90m e declividade, corrimãos e demais parâmetros definidos na Seção 6. Para proteção contra quedas, deve ser observado o descrito em 4.3.7.

10.14.2 Para o trajeto até o mar, deve ser garantida uma faixa livre de obstáculos, com no mínimo 0,90m de largura.

10.14.3 Os trajetos à praia demarcados como acessíveis devem estar sinalizados com o símbolo internacional de acesso, conforme 5.3.2, e devem relacionar os serviços de apoio disponíveis.

10.14.4 Recomenda-se que, junto a cada área de acesso adaptado à praia, exista um sanitário unissex acessível, atendendo às especificações constantes na Seção 7.

Como exposto, em termos gerais, o destino Pipa possui condições de acessibilidade insatisfatória para as pessoas com deficiência física, ou com mobilidade reduzida. Esse problema se deve às características naturais da região, que possui uma geografia acidentada, quanto a falta de interesse e atenção por parte do poder público e privado local.

Para melhor detalhamento, serão expostas as condições de acessibilidade por trecho, identificadas a partir da observação direta.

Centro de Pipa

O Centro de Atendimento Turístico (CAT) estava fechado durante a época da pesquisa e sem nenhum tipo de orientação ou aviso sobre a ausência do serviço (Figura 1).

É importante ressaltar-se que os CATs desempenham um papel importante em um destino turístico, pois proporcionam familiaridade e orientam os turistas sobre as características de um destino, prestando informações sobre os serviços acessíveis, e lugares que oferecem mais nível de segurança, entre outras informações.

Segundo o Ministério do Turismo (2023), a falta de informação é um dos grandes desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. A falta de clareza sobre serviços e

principais obstáculos que este público enfrenta, pois eles não têm segurança ao chegar no destino, gerando receio para consumir os serviços prestados. Logo, os CATs podem ser um instrumento importante para mitigar esse problema, pois podem funcionar como locais que oferecem apoio assistido, ou seja, que auxiliam qualquer pessoa com dificuldade para circular ou utilizar algum equipamento de forma correta e segura.

Figura 1. Centro de Atendimento ao Turista.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Vila Mangueira, conhecida como Vila Grécia, é um ponto turístico “instagramável” do centro de Pipa, porém quando se trata de acessibilidade, as visitas se tornam difícil, devido a presença de uma grande escadaria que embora possua guarda-corpo (corrimão), não atende ao que é preconizado pela lei. Além disso, não há piso tátil, como também não existe rampa acessível, aumentando a dificuldade e a segurança para pessoas com deficiência, como exposto na Figura 2.

Figura 2. Vila Mangueira (Vila Grécia).



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

As rampas de acesso e guarda-corpos são itens primários na condição de acessibilidade em espaços públicos. Sem esse recurso, o acesso ao ambiente fica difícil, principalmente para

pessoa com deficiência física, que precisa de uma segunda pessoa que possa auxiliar para se locomover. Esse fato causa transtorno para aqueles que buscam autonomia durante a viagem.

Além disso, foi identificado, ainda, que na localidade existe uma rota de difícil acesso para pessoas com cadeira de rodas ou pessoas com deficiência visual, pois a calçada possui faixa livre muito estreita, dificultando a locomoção por parte dessas pessoas.

Figura 3. Calçadas estreitas e com obstáculos na Avenida Baía dos Golfinhos.



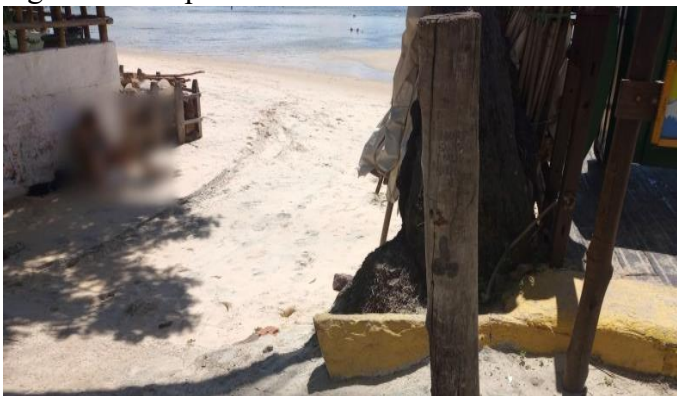
Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Portanto, fica evidente que no Centro de Pipa, os principais problemas existentes estão relacionados às barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, gerando entraves para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Praia do Centro

Neste trecho analisado, a rampa de acesso à praia não atende às diretrizes da NBR 9050/2020. A construção apresenta características de "improvisação", sem considerar o nível de segurança para os usuários. Observou-se, também, que parte da rampa encontra-se coberta pela areia da praia, resultado da falta de manutenção por parte do saneamento básico da prefeitura, como mostra a figura 4.

Figura 4. Rampa de Acesso à Faixa de Areia da Praia do Centro.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Identificou-se o outro meio de acesso à praia por meio de uma escada de madeira. Essa escolha dificulta a inserção de PcDs, principalmente para as pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Além disso, observa-se que a escada não foi projetada de acordo com as normas padrão, uma vez que existe corrimão em apenas um dos lados, quando se deveria ter em ambos (figura 5).

Figura 5. Escada no calçadão de acesso à praia.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Outro ponto que merece atenção na praia de Pipa é o calçadão com características de píer. O espaço é um ponto turístico muito visitado, inclusive, o maior fluxo de visitantes ocorre no final da tarde para acompanhar o pôr do sol.

No dia da visita de campo foi identificado que o canteiro do calçadão estava em mau estado de conservação, com a presença de frestas. Esse fato pode ocasionar acidentes tanto para pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou sem deficiência, como apresentado na figura 6.

Figura 6. Calçadão de Pipa.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Uma realidade do distrito de Pipa é a ausência de estacionamentos públicos, mesmo com o grande fluxo de veículos existente. Esse fato ocasiona o acúmulo de veículos nas calçadas ou em lugares de passagem dos pedestres, atrapalhando toda a mobilidade urbana das praias e tornando-as precárias, como observado na figura 7.

Figura 7. Acesso para Praia do Centro.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Além do problema com o estacionamento, verifica-se na figura 7, a má disposição do mobiliário urbano. As lixeiras estão dispostas em espaço de pedestre, oferecendo perigo para a circulação. Segundo a NBR 9050:2020, todo mobiliário urbano deve estar em locais apropriados que não atrapalhem o traslado das pessoas.

Verifica-se o incorreto emprego do piso tátil alerta, transformando-o em uma barreira, impossibilitando a circulação das pessoas com deficiência na praia do centro, devido a manutenção do piso e a ausência da rampa para acesso ao mar (figura 8).

Observa-se, também, o desnível para ter acesso à praia. Este mesmo resultado foi encontrado por Melo *et al*, (2023) ao analisar a praia de Tambaú em João Pessoa-PB, demonstrando que é um ponto de atenção para o setor público.

Figura 8. Acesso para Praia do Centro.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Nas praias da região uma das maiores dificuldades é encontrar banheiros públicos disponíveis para uso dos banhistas em rotas acessíveis. Esse serviço é prestado por empresas privadas, por meio da cobrança de taxa para aqueles que não consomem no estabelecimento (figura 9).

Figura 9. Placa de banheiro exposta em restaurante na praia do centro.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Constata-se que a inexistência de sanitários em rota acessível vai de encontro ao que preconiza a lei, que estabelece que os sanitários, vestiários e banheiros necessitam estar localizados próximos à rota acessível, ou da circulação principal, evitando que sejam construídos em locais isolados e que dificultem em situações de emergências ou auxílio (NBR 9050:2020).

Quadro 3. Parâmetros presentes no checklist a respeito dos sanitários.

Sanitários	Sim	Não
Estão localizados em rota acessível		x
Possui quantidade mínima exigida por lei (5%)		x
Possui barras de apoio		x
Possui mictório acessível		x

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023

Observa-se, portanto, que não existe uma rota acessível que possa interligar os ambientes externos e internos de espaços e edificações no centro de Pipa. Dessa forma, para atender as especificações da norma, essa área deveria incorporar calçadas rebaixadas, estacionamentos, faixas de travessia de pedestres, escadas, rampas e piso tátil entre outras ferramentas, para atender o que preconiza a NBR 90-50-2020.

Praia do Madeiro

Constatou-se que a placa de aviso de cuidado estava fixada no local correto, o que compromete a sua funcionalidade. Além disso, não existe sinalização para identificar o acesso à praia e a escadaria fica completamente escondida entre as barracas.

Figura 10: Acesso para a praia.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

A escadaria possui uma inclinada acentuada, aumentando a possibilidade de ocasionar graves acidentes entre os banhistas. Observou-se um acúmulo de folhas secas, o que denota um perigo extra, principalmente quando estão molhadas.

Praia do Amor

\Neste espaço foi identificado uma rampa improvisada que foi erguida pelos moradores para locomoção de uma pessoa que usa cadeira de rodas, porque a via é de barro e “esburacada”.

Segundo o entrevistado, "todo primeiro ano de uma nova gestão do município, funcionários da prefeitura vão no local medir a área”, mas nenhuma medida efetiva é implementada pela prefeitura municipal de Tibau do Sul, como exposta na figura 12.

Figura 12. Rampa Improvisada.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

O acesso à praia do Amor, localizado no alto de uma falésia, repete o padrão de inacessibilidade encontrados em outras praias da região. A escadaria, composta de areia e madeira, se torna uma barreira para pessoas com cadeira de rodas. Embora exista corrimão dos dois lados, a vegetação alta, próximo aos degraus, dificulta a aproximação aos mesmos. Além disso, o material utilizado para confecção não é apropriado, uma vez que está exposto ao sol, levando a deterioração e fragilidade.

Figura 13. Escadaria de acesso à praia.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Sinalização pelo distrito de Pipa-RN

O Chapadão é um ponto turístico muito visitado para tirar fotos e capturar vídeos da barreira natural de cor avermelhada. Ao longo do mirante foram distribuídas diversas placas de alerta de risco de queda, porém as placas não possuem alertas em braile para o PcD visual ou instrumentos sonoros para auditivos. O mesmo ocorre com os mapas que estão distribuídos ao longo de toda a costa de Pipa, conforme figura 14.

Figura 14. Placas no Chapadão.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

A falta de acessibilidade do espaço foi ressaltada pelo entrevistado, que aponta as dificuldades no cotidiano de uma pessoa que utiliza cadeira de rodas em Pipa:

“Olha, outra coisa, a gente não vai jantar fora, porque daqui pro centro quando chega na primeira entrada, eu já estou todo dolorido, as costas. Mesmo motorizada (a cadeira), a gente só vai, se for uma necessidade. Chega minha família, às vezes, dá uma vontade de ir com a família, não vai, por que no outro dia, eu amanheço todo doente. Se pelo menos tivesse acesso até o centro já era um lazer, de ver os amigos e conversar...”

Na fala do entrevistado nota-se que as barreiras afetam a mobilidade da pessoa com deficiência assim como de seus acompanhantes (família e amigos), impedindo que esse público além de ter sua liberdade de locomoção cerceada não possa estabelecer relações humanas tão importante para a saúde mental e física de qualquer indivíduo.

Quando questionado, se existia projeto de acessibilidade, o entrevistado respondeu:

Aqui não tem não (projeto de acessibilidade da prefeitura). Todo o ano eles medem, quando eles começam a medir assim, eu pergunto: vocês perderam a do ano passado? Todo ano eles medem, sabe pra que? Pra querer conquistar o voto, aí eu digo, eu moro aqui esse tempo todo, todo ano vocês medem, pra que?”

A partir desta última fala, verifica-se uma ausência do governo público na promoção e efetivação das políticas públicas, ficando a acessibilidade apenas como uma promessa ou expectativa, não levando em consideração a necessidade de adequação como forma de assegurar a autonomia das pessoas.

Considerações finais

O trabalho demonstrou que a Praia de Pipa, embora seja o principal atrativo do Rio Grande do Norte, apresenta acessibilidade insatisfatória, o que dificulta a locomoção e a participação plena de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em atividades do turismo.

O acesso às praias centrais é estreito e de difícil acesso. Não há estacionamento público e as longas escadarias carecem de rampas acessíveis. Além disso, a falta de piso tátil nas calçadas e placas de mapa com fonte pequena, são apenas alguns exemplos das dificuldades enfrentadas por esse público.

A ausência de infra-estruturas adequadas para atender às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida impede que elas desfrutem plenamente dos espaços públicos, o que pode resultar na exclusão e na limitação das experiências dos turistas com

deficiência.

É fundamental que o poder público e as partes interessadas envolvidas no turismo local adotem políticas e medidas concretas para garantir a acessibilidade, como a implementação de infraestrutura adequada, a formação de profissionais capacitados e a conscientização da importância da inclusão.

O investimento em recursos e infraestrutura acessíveis não apenas promoveria a inclusão e a igualdade de oportunidades, mas também oportunizariam um turismo mais diversificado e inclusivo. Somente assim a Praia de Pipa poderá alcançar seu potencial pleno como um destino turístico verdadeiramente inclusivo.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados, como foco em turistas PcD na região, bem como, a análise da atuação do poder público e privado para a promoção do turismo acessível.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050/2020. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamento Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ALVES, J. RIBEIRO, M. MIRANDA, L. BENTO, S. Fases do Desenvolvimento de Destinações Turísticas: o caso da Praia da Pipa - Brasil. Revista de Turismo & Desenvolvimento. nº 27/28, [1003-1012] e-ISSN 2182-1453, 2017.

BRASIL. Lei de Nº10.048, de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm> Acesso em 20 de set. 2024.

BRASIL. Lei de Nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em 20 de set. 2024.

BRASIL, Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em 20 de set. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, p.2, Brasília/DF, 07 de julho de 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 05/05/2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL. História da cidade. Disponível em: <<https://www.tibaodosul.rn.leg.br/institucional/historia-da-cidade#:~:text=O%20Munic%C3%ADpio%20de%20Tibau%20do,Sul%20centro%2C%20Pipa%20e%20Siba%C3%BAma>>. Acesso em 10 de jul de 2023.

FARIA, M. D. MOTTA, P. C. Pessoas com Deficiência Visual: barreiras para o lazer turístico. Revista Turismo e Análise (ECA/USP), vol. 23, n. 3. ISSN 1984-4867. São Paulo, dezembro, 2012.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i3p691-717>

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 111.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pessoas com deficiência têm menor acesso à

educação, ao trabalho e à renda. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda> Acesso em: 07 de jun de 2023.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTA (IBGE). Tibau do Sul. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/tibau-do-sul/. Acesso em 24 de jul de 2023.

KIEFER, S. F. W; CARVALHO, M. C. M. H. Turismo acessível e incluso - uma realidade possível. Revista do Ministério Público do Estado de Goiás, Goiânia, ano XVI, n. 26, p. 305-326, jul./dez. 2013.

MELO, P. F. C; EVANGELISTA, G. P. D; BRAMBILLA, A; VANZELLA, E. GUIA DE ACESSIBILIDADE O CENTRO HISTÓRICO E PRAIAS DE JOÃO PESSOA/PB. – João Pessoa: Edictora CCTA, 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Turismo Acessível: Conheça o programa. (2021) Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel>;. Acesso em: 10 de out de 2024.

_____. Turismo Acessível: Mapeamento do Perfil do Turista com Deficiência. (2023). Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-divulga-resultados-de-mapeamento-do-perfil-do-turista-com-deficiencia> Acesso em: 10 de out de 2024.

_____. Plano Nacional de Turismo (PNT-2024/2027). (2024). Disponível: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-de-turismo-2024-2027.pdf>. Acesso em 01 de out. de 2024.

_____. Mapa do turismo brasileiro. (2024) Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acesso em 10 de set. de 2024.

SASSAKI, R. K. Paradigma da Inclusão e suas Implicações Educacionais. Fórum Instituto Nacional de Educação de Surdos. Publicado em 30 de junho de 2002. Disponível em: <<https://www.ines.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/forum5-old1.pdf>>. Acesso em: 11/11/2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, L. C. N. Sinalização turística como Orientação e Informação aos Visitantes: um estudo sobre a Praia de Pipa/RN. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA DO RIO GRANDE DO NORTE (Sirio). Perfil do Turista Potiguar 2024. Disponível em: <<https://sirio.tur.br/painel/?p=perfil-do-turista-potiguar-2024>>. Acesso em 10 de out. de 2024.

VIVE PIPA. Praia do Madeiro. Descubra uma das praias mais paradisíacas do Brasil. Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://www.vivepipa.com/br/praias/12-praia-do-madeiro>>. Acesso em: 10/05/2023.